



ACÓRDÃO Nº 997/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1447/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A - AFEAM.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro Geraldo Raimundo Falabella, Diretor Presidente, à época.
- 6- **Advogado:** Dr. José Ricardo Gomes de Oliveira – OAB/AM nº 5.254.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4962/2017-MP- EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 2123/2124).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Agência de Fomento do Estado do
Amazonas S.A. – AFEAM. Exercício de
2014.

*Exclusão. Irregularidade. Multa.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Excluir** da presente relação processual, a **Sra. Sheila Carneiro Falabella**, na qualidade de espólio do **Sr. Pedro Geraldo Raimundo Falabella**, que geriu a AFEAM de 01/01/2014 a 22/05/2014, pelas razões expostas no presente Relatório/Voto;
- 10.2. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, sob a responsabilidade do **Sr. Evandor Geber Filho** (23/05/2014 a 31/12/2014), Diretor da AFEAM, Exercício 2014, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Evandor Geber Filho** (23/05/2014 a



ACÓRDÃO Nº 997/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

31/12/2014), no valor de **R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos)**, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedades apontadas nos itens IV (subitens “a” e “b”), VI (subitem “a”), XI e XII do presente Relatório/Voto, referentes às Restrições 5 (subitens 5.1 e 5.2), 9, 22 e 23 do Relatório Conclusivo da DICA/AM;

10.4. Determinar à AFEAM que:

- 10.4.1.** cumpra o que determina a Lei de Transparência, sob pena de aplicação de multa;
- 10.4.2.** se abstenha de proceder à Contratação por inexigibilidade de licitação fora dos casos aos quais se faz capaz subsumir o conteúdo do art. 25, *caput*, c/c o art. 13 da Lei n. 8.666/93;
- 10.4.3.** dada a antieconomicidade e alto risco, faça estudo de descontinuidade de ser coobrigada na garantia de operações de crédito da empresa Brasjuta da Amazônia S/A, sob pena de suas contas futuras serem julgadas irregulares;

11. Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12. Data da Sessão: 31 de outubro de 2017.

13. Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Mario Manoel Coelho de Mello.

14. Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral